

Discurso para os Deputados da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local.

Óscar Afonso, Presidente da Assembleia Municipal de Miranda do Douro

em 5 de dezembro de 2022, Miranda do Douro

Muito boa tarde a todos.

Quero começar por dar as boas-vindas às senhoras deputadas e aos senhores deputados da Comissão de Administração pública, ordenamento do território e Poder Local a esta nobre e histórica cidade, e mostrar a nossa profunda satisfação por aqui estarem.

Quero também dar os parabéns a Vossas Excelências por esta excelente iniciativa de virem conhecer os problemas do nosso município, do nosso território, e agradecer-vos muito por isso, em nome do Povo da Terra de Miranda.

Senhoras e senhores deputados, gostaria de vos referir que vieram visitar um município muito rico em recursos, mas paradoxalmente muito pobre em rendimentos.

A Terra de Miranda é rica em recursos para a produção de vinhos de excelência. Notem que a montante e a jusante dos nossos 40 km de encostas do Rio Douro produzem-se dos vinhos mais prestigiados e caros da Europa – o Toro, o Arribes, o Ribera del Duero, e o Douro. Mas nós somos pobres de rendimento porque, apesar destas condições naturais prodigiosas, que outros bem aproveitam, a área de vinha produzida na Terra de Miranda caiu cerca de 70% nos últimos 30 anos. Pelo que nos podemos perguntar: o que estaremos a fazer mal para que isto aconteça?

A Terra de Miranda é rica em recursos porque tem sete raças autóctones, entre elas a carne de vaca mirandesa, um produto de excelência, das mais prestigiadas e com maior procura nos mercados. Mas somos pobres de rendimento, porque o número de cabeças de gado, estranhamente, tem vindo a cair ao longo dos anos e só nas últimas duas décadas essa quebra foi de cerca de 30%. Pelo que também a este nível nos podemos perguntar: o que estaremos a fazer mal para que isto aconteça?

A Terra de Miranda é rica porque é aqui que, segundo os especialistas, se localizam os recursos naturais mais favoráveis do mundo inteiro para a produção de energia hidroelétrica. Miranda está para a energia hidroelétrica como o Kuwait está para o petróleo. Produzem-se aqui cerca de 300 milhões de euros anuais de energia e geram-se 100 milhões de impostos. Mas aqui nada fica, nem sequer o IMI dos edifícios das barragens, e por isso somos pobres de rendimentos. Pelo que mais uma vez nos podemos igualmente perguntar: o que estaremos a fazer mal para que assim seja?

Acresce que temos uma língua e uma cultura milenares, dois recursos únicos, que tem um enorme potencial económico e que, em qualquer parte do mundo ocidental, seriam suficientes para produzir desenvolvimento e tornar a região rica. Mas a população que manteve esta língua ao longo dos séculos e a trouxe até nós, está empobrecida, envelhecida e caiu cerca de 70% nos últimos 60 anos. Acresce que este desastre demográfico se acelerou nos últimos 10 anos. E, como todos nós sabemos, sem população não há língua, não há cultura, não há economia e não há nada. Por isso, somos pobres e somos, em particular, pobres de rendimento. Pelo que nos podemos de novo perguntar: o que estaremos a fazer mal para que isto aconteça?

Porque é que a população de uma terra rica, com recursos prodigiosos, foge à procura de melhores rendimentos?

Senhoras e senhores deputados. Eu creio poder dizer que todos os que estamos nesta sala somos responsáveis pelo que se está a passar. E temos os meios e as condições para resolver os problemas que têm transformado esta terra rica em pobre.

Não é preciso teorizar muito para concluir que são duas as causas do que se está a passar e ambas são de natureza política, pelo que está nas nossas mãos resolvê-las.

Primeiro, a obsolescência da legislação que regula a estrutura fundiária, cadastral e fiscal, da propriedade rústica, que afasta as nossas explorações agrícolas de qualquer possibilidade de competição nos mercados. Essa legislação vem do tempo da ditadura, carece de uma profunda reforma e tem de ser revista urgentemente. O minifúndio extremo ou microfúndio impedem a viabilidade agrícola num mundo globalizado. Sabe-se isso há 60 anos, os mesmos anos que dura o nosso desastre demográfico, mas nada foi ainda feito de relevância estrutural. Pois bem, nós consideramos que é chegada a hora de o fazermos sob pena de ser demasiado tarde.

Segundo, o modelo de partilha da riqueza das barragens é o mesmo que serviu para a barragem de Cabora-Bassa, feito pelo anterior regime, e consiste no seguinte: O Estado contrata com uma concessionária a apropriação de recursos naturais das populações. A concessionária fica com as receitas e o Estado com os impostos. Para as populações não sobra absolutamente nada. Como nos disse um ex-governante no exercício dos seus poderes, o rio é do Estado, não é das populações. Mas é isto que queremos? Teremos orgulho neste modelo injusto de repartição da riqueza, que não promove de coesão territorial, sabendo que a coesão territorial é um princípio constitucional e que é um desígnio dos fundos de coesão atribuídos pela União Europeia? Creio que chegou a hora de implantar um modelo de partilha de recursos justo e que nos orgulhe. Que cumpra a constituição e que esteja alinhada com a UE. Ora isso depende de nós.

Senhoras e senhores deputados. Ambas as causas dos problemas são, como referi, de natureza política. E, por isso, podemos dizer que a política está a matar a economia e a cultura da Terra de Miranda. É a política, ou a falta dela, a falta de inteligência legislativa, que está a contribuir para que recursos naturais prodigiosos, competitivos e extraordinariamente produtivos estejam a conduzir o território à perda de competitividade. As vantagens comparativas do território estão pois, por ausência das reformas necessárias, a ser revertidas em desvantagens comparativas.

O que está em causa não é pouco. Se nada fizermos e continuarmos a ignorar este problema, segundo os especialistas, uma língua milenar vai morrer como língua viva nos próximos 18 anos, vergada por um despovoamento irracional e por um quadro legal que, de tão obsoleto, tem mais poder destrutivo do que muitos bombardeamentos.

Se nada fizermos de relevante e poderoso, ficaremos para sempre como os (últimos) responsáveis pela morte da nossa língua e da cultura mirandesa e pelo despovoamento do território.

O Mirandês e a cultura mirandesa são factores de orgulho e de identidade, não apenas da Terra de Miranda, mas de Portugal. São um património de valor incalculável da civilização europeia, da cultura, da diversidade, e do humanismo.

Senhoras e senhores deputados. Sabiam que uma das nossas peças de vestuário mais singular – a capa de honras – já só é produzida por três artesãs? Que a rede móvel e a internet são (para usar palavras delicadas) irregulares, e que os serviços públicos, com a saúde à cabeça, deixam muito a desejar? Se nada fizermos, em breve, no território, haverá apenas idosos a tratar de idosos, até ao último. E o que virá depois, quando formos uma terra sem gente? O que é o vazio em política? Sem língua, sem cultura, sem povo, com recursos amarrados à improdutividade, o que vai acontecer?

Depois virá certamente o populismo, porque nunca chega a haver vazios em política e porque esta política de nada fazer, mata a língua, a cultura, a economia e o povoamento, mas é, ao mesmo tempo, a incubadora do populismo.

Nesta Terra, enfraquecida, deprimida e empobrecida pelo ostracismo político, nasceu um Movimento de cidadãos, que elaborou um Plano Estratégico, onde está diagnosticado tudo o que antes disse, bem como as soluções transformadoras que ainda estamos a tempo de adoptar. Os Municípios da Terra de Miranda apoiam, naturalmente, esse Plano e gostariam de trabalhar com esta Comissão e cada um dos senhores deputados no sentido de o melhorarmos e de o materializarmos, porque temos pressa, muita pressa, porque caminhamos a passos largos para um precipício que está já aí.

Senhoras e senhores deputados, nós temos uma grande responsabilidade sobre os nossos ombros. Todos nós, os que aqui estamos, fomos eleitos pelo povo para resolvermos os seus

problemas com a nossa inteligência e com o nosso conhecimento. Todos os problemas que falei resolvem-se com conhecimento e, para além disso, dependem de vontade política. Apenas com esse combustível, com essa energia, os poderemos resolver. Por isso, em última instância, a resolução desses gravíssimos problemas depende apenas da nossa vontade.

Senhoras e senhores deputados. Conscientes do momento crítico a que a Terra de Miranda chegou, não nos conformamos, não nos conformemos e levantaremos a nossa voz até onde for possível, com as armas da Democracia e do Direito.

Senhoras e senhores deputados, mesmo para finalizar, estamos-vos muito agradecidos com a vossa visita e contamos muito convosco nesta verdadeira missão de resgate e de salvação.

Muito obrigado.